



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

REQUERIMENTO N° RQ 149/2003

(Da Sr^a Deputada Anilcéia Machado)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida.

Assessoria de Plenário.

Paulo Roberto Guimara es de Castro Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 12/03/03 da Câmara Legislativa em Comissão Geral, para discutir o abastecimento de água potável nas comunidades de baixa renda e as residentes nos parcelamentos de solo urbano.

PROTOCOLO LEGISLATIVO

PO n. 149/03

Fis. n. 01 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

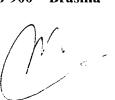
De acordo com o art. 125 do Regimento Interno, requeiro que seja a sessão plenária do dia 12/03/03 desta Casa transformada em Comissão Geral para, discussão e encaminhamento de proposta de resolução do problema de abastecimento de água potável nas comunidades de baixa renda e as residentes nos parcelamentos de solo urbano no Distrito Federal.

Dep. Anilceia Machado – GAB. 18 – SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília – DF

Fone: 348-8180 à 348-8186

A

8186





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO

<u>PQ</u> n.º 149/03

Fis. n.º C2 D

O presente requerimento tem por objetivo trazer a discussão e encaminhamento de proposta de resolução sobre o problema de fornecimento e abastecimento de água potável pela CAESB às Comunidades de baixa renda e nos parcelamentos do solo urbano do Distrito Federal.

É importante destacar que o fornecimento de água tratada no Distrito Federal é de competência exclusiva da CAESB, e atualmente o abastecimento à população de baixa renda e as ocupantes nos parcelamentos de solo têm sido feitas através de carros pipa, com elevados custos e baixa eficiência de distribuição e também provenientes de poços artesianos que trazem a grande possibilidade de contaminação do lençol freático inclusive pelas fossas existentes, que, além de ilegais, constituem grande risco para a saúde pública e ambiental, contando que a existência e construções destes são de atuação clandestina o que constitui crime ambiental.

Contando ainda que nestas mesmas comunidades há hoje o fornecimento de energia elétrica executado pela CEB, que é o órgão legal e exclusivo para prestação deste serviço no Distrito Federal, e se, pode-se ser oferecido serviço de energia elétrica legalmente, também há solução para o fornecimento de água tratada pela CAESB a estas comunidades.

Pelos motivos acima narrados, requeiro a instauração da Comissão Geral para resolução de um problema de grande relevância social, contando com a participação de todos os Parlamentares dessa Casa, para que possamos juntos trazer ao Distrito Federal resoluções ao problema de fornecimento de água tratada às comunidades de baixa renda e dos parcelamentos de solo urbano, trazendo a estes o

⊄Dep. Anilcéia Machado – GAB. 18 – SAIN – Parque Rural 🖽 70086-900 – Brasília – DF

Fone: 348-8180 à 348-8186

Dep. Ar



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

devido e tão esperado saneamento básico, fazendo valer os direitos constitucionais, tratando igualmente os desiguais, sem distinção de nível social.

Sala das sessões, em	PROTOCOLO LECISLATIVO RO n.º149/03 Fis. n.º03
ANILCÉLAMACHADO	GIM ARGELLO
PSDB	PMID
1.1 Alaskall 1 .	
ARLETE SAMPAIO	IZALÇI LUCAS
PT V	///PFL -
	/
1 a 1 V (4)	
AUGUSTO DE CARVALHO	ORGE CAUHY
PPS	PFL
	1/4/
BENÍCIO TAVARES	JOSÉ ÉDIMAR
PTB	PMDB //
	// //
	WANGE DEVICE
CARLOS XAVIER PTB	JÚNIOR BRUNELLI
LID	PPB

LEONARDO PRUDENTE PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCEIA MACHADO

CHICO LEITE PC do B

CHICO VIGILANTE

PT

ELIANA PEDROSA

PL

Chrile lolley

ÉRIKA KOKAI

PT

EURÍDES BRITO

PMDB

FÁBIO BARCELOS

PL

ODILON AIRES PMDB

PAUEO TADEU

PT

PEDRÓ PASSOS

PTB

PENIEL PACHECO

PSB

RÔNEY NEMER

PTB

JOÃO DE DEUS

PPB

